

Bolsonaro e Defesa fazem nova ofensiva contra o TSE

Bolsonaro diz que PL contratará auditoria privada das eleições

Presidente adota tom de ameaça ao TSE e afirma que análise pode mostrar que auditoria eleitoral é impossível

Mateus Vargas e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta quinta-feira (5) que uma empresa contratada pelo seu partido irá fazer uma auditoria privada das eleições deste ano. No momento em que amplia os questionamentos ao processo eleitoral e faz insinuações golpistas, Bolsonaro sugeriu, em tom de ameaça, que os resultados da análise podem complicar o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) se a empresa constatar que é "impossível auditar o processo".

"[A empresa] pode daqui a 30, 40 dias, chegar à conclusão que, dada a documentação que tem na mão, dado o que já foi feito até o momento para melhor termos eleições livres de qualquer suspeita de ingerência externa, pode falar que é impossível auditar e não aceitar fazer o trabalho", disse Bolsonaro durante sua transmissão semanal nas redes sociais.

Depois, Bolsonaro disse que "estamos vendo o TSE", além de os ministros da corte, "ficarem numa situação bastante complicada". Ele citou o presidente do tribunal, Edson Fachin, além de Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. "Uma vez contratada, a empresa começa a trabalhar, a empresa vai pedir ao TSE, com toda certeza, quantidade grande de informações. Ela vai pedir às Forças Armadas o trabalho que fez até agora", disse o presidente.

Bolsonaro não afirmou qual empresa será contratada. Disse apenas que se trata de firma que faz este serviço "no mundo todo". Afirmou ainda que pode "pedir socorro" a outros partidos para pagar a análise, "se ficar muito caro".

Os partidos políticos podem indicar técnicos para acompanhar as fases de especificação e de desenvolvimento de todos os programas de computador do TSE utilizados nas urnas eletrônicas e

para o processo de votação.

Pelas normas, os códigos-fonte usados nas urnas precisam estar disponíveis para verificação da sociedade civil e partidos um ano antes da realização do primeiro turno. O advogado da campanha de Bolsonaro, o ex-ministro do TSE Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, disse desconhecer informações sobre a contratação da empresa mencionada pelo presidente.

Assessoria do PL afirmou não ter detalhes sobre o tema. "É o momento para o TSE mostrar para o mundo, a partir dessa empresa que vai fazer auditoria, que temos sistema mais confiável no mundo no tocante às eleições", declarou o presidente.

Ele afirmou duas vezes durante a transmissão que não deseja dar um golpe. "Ninguém quer dar golpe."

"Alguns dizem que quero dar golpe. Como quero dar golpe se já sou presidente?"

Em tom irônico, Bolsonaro afirmou que o trabalho da au-

ditoria externa pode garantir a vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder das pesquisas ao Planalto.

"A gente vê no mundo, nas republicanas, o chefe do Executivo conspirar para ficar no poder, cooptar órgãos para fraudar eleições. Aqui é exatamente o contrário", disse.

"Já que pesquisas dizem que o senhor Lula tem 40%, o Lula vai ganhar, quero garantir a eleição do Lula com esse processo aqui [de auditoria]."

"Ninguém precisa fazer campanha pro Lula, não. Não precisa, por exemplo, uma autoridade ou outra, que a gente vê acontecendo, ficar desmontando páginas de pessoa que nos apoiam, retirando páginas de pessoas que nos apoiam, ameaçando ou prendendo pessoas que nos apoiam", afirmou ainda, referindo-se a decisões do TSE e STF que atingiram seus apoiadores.

Defesa pede que TSE divulgue questões de militares sobre eleição

BRASÍLIA O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pediu nesta quinta-feira (5) ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que divulgue os questionamentos feitos pelas Forças Armadas sobre o pleito deste ano.

O ofício foi enviado ao presidente do TSE e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin. As Forças Armadas têm cobrado mudanças no sistema eleitoral desde que foram convidadas,

no ano passado, a integrar a CTE (Comissão de Transparência das Eleições).

Em fevereiro, o TSE publicou documento com respostas a questionamentos das Forças Armadas feitos em dezembro. Um novo documento foi enviado, mas este segue sob sigilo e deve ser divulgado após análise da corte.

O pedido de divulgação ocorre após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter levantado dúvidas sobre a lisura das eleições e feito insinuações golpistas.

No ofício, o ministro sugere que sejam divulgados os "documentos ostensivos [não sigilosos] relacionados à CTE". Afirmou, também, que a ideia é dar maior transparência aos atos da gestão pública. E diz que o pedido foi feito "em face da impossibilidade de ver concretizada a reunião solicitada por este ministro a Vossa Excelência".

Procurada, a Defesa não se manifestou sobre essa agenda que não teria sido realizada.

A agenda oficial de Fachin registra três reuniões com o ministro da Defesa nos últimos meses. Uma com o ex-ministro Walter Braga Netto, em março, e duas com Nogueira, o atual titular da pasta.

Interlocutores no TSE disseram que, na quarta (4), o gabinete da Defesa fez novo contato pedindo um encontro para o mesmo dia. O magistrado informou que não seria possível porque outros compromissos já estavam agendados. O Tribunal ainda não informou se irá atender o ofício dos militares.

Em transmissão nas redes sociais nesta quinta, Bolsonaro voltou a levantar dúvidas so-

bre a segurança das urnas e disse que há "um tempo bastante longo" o TSE não se manifesta sobre os pedidos dos militares. "No primeiro momento o TSE, pelo que consta, carimbou de confidencial as sugestões que foram propostas pelas Forças Armadas para que se reduzisse ao máximo a possibilidade de fraude", disse o presidente.

"Por que esconder esse documento?", questionou.

Bolsonaro disse que o ministro da Defesa terá de divulgar o documento por causa de pedidos de parlamentares. "Está na cara que ele vai cumprir a Constituição [e divulgar os pedidos], não o parecer, sugestão ou seja lá o que for, resolução do TSE", declarou.

Nogueira também disse que os documentos com as propostas da Defesa ao TSE sobre o processo eleitoral são solicitados via Lei de Acesso à Informação também por jornalistas e parlamentares.

O tribunal vem adotando uma série de medidas para ampliar a transparência do sistema eletrônico de votação para esvaziar o discurso do chefe do Executivo de que as urnas são passíveis de fraudes.

Em mais de uma ocasião, Bolsonaro cobrou que o TSE aceite as sugestões das Forças Armadas para o processo. Uma das sugestões, segundo o presidente, seria que militares acompanhassem a apuração.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta quinta que a última palavra sobre eleições cabe ao TSE.

Ele disse desconhecer os ofícios encaminhados pela Defesa, mas que medidas de transparência "são bem-vindas". MV

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 8